ISSN: 2358-8829

A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NAS ESCOLAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM E A SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES ESCOLARES

Claudiane Gonçalves de Pinho Santos [1]

RESUMO

O presente artigo analisa a importância da atuação do psicopedagogo no contexto escolar, evidenciando suas contribuições para a identificação, compreensão e intervenção nas dificuldades de aprendizagem. A problemática central parte da constatação de que muitos estudantes vivenciam trajetórias de fracasso escolar não por limitações cognitivas, mas por dificuldades de ordem neurológica, emocional ou pedagógica, que demandam um olhar especializado e interdisciplinar. A pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de autores de referência nas áreas da psicopedagogia, neurociências e educação. Discute-se o papel do psicopedagogo como agente mediador entre o aluno, a família e a escola, com abordagem preventiva e interventiva que considera o sujeito em sua integralidade — cognitiva, emocional, social e neurológica. A atuação preventiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental é destacada como estratégia essencial para identificar precocemente sinais de dificuldades antes que se consolidem em fracasso escolar. São abordados os transtornos mais frequentes no ambiente escolar, especialmente a dislexia e a discalculia, com ênfase no diagnóstico diferencial e nas estratégias de intervenção adequadas a cada perfil cognitivo. Destacam-se, ainda, as contribuições das neurociências para a compreensão dos processos de aprendizagem e para o fortalecimento do caráter científico e interdisciplinar da psicopedagogia. Os resultados apontam que a presença do psicopedagogo nas escolas contribui para a redução do fracasso escolar, a promoção da inclusão e a qualificação das práticas pedagógicas. Conclui-se que a institucionalização desse profissional nas escolas públicas brasileiras é uma necessidade urgente, configurando-se como questão de equidade e justiça social, além de estratégia eficaz para garantir o direito de todos os estudantes a uma aprendizagem significativa e de qualidade.

Palavras-chave: Psicopedagogia, Dificuldades de aprendizagem, Inclusão, Dislexia, Discalculia.

INTRODUÇÃO

Em quase toda sala de aula há estudantes que, apesar de frequentarem a escola com regularidade, não conseguem avançar na leitura, na escrita ou no raciocínio matemático no mesmo ritmo dos colegas. Durante muito tempo, essas crianças foram rotuladas como desatentas, preguiçosas ou incapazes, e muitas delas acumularam reprovações até abandonar os estudos. Hoje se sabe que boa parte dessas trajetórias não se explica por falta de capacidade, mas por dificuldades de origem neurológica, emocional, familiar ou pedagógica que não foram reconhecidas a tempo.

[1] Mestranda do Curso de Educação da Universidad de la Empresa - UDE (Uruguai). Especialista em Psicopedagogia Clínica, Neuropsicopedagogia, Supervisão Escolar e Ciência da Religião. Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Alvorada de Minas - MG, gclaudiane16@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

Identificar essas dificuldades, compreender suas causas e propor caminhos de intervenção exige um olhar especializado, capaz de articular conhecimentos da pedagogia, da psicologia, da linguística e das neurociências. É nesse ponto que se situa a psicopedagogia, campo que tem como objeto o processo de aprendizagem humana e as condições que o favorecem ou dificultam (Bossa, 2000).

A escola pública brasileira, no entanto, raramente conta com esse profissional em seus quadros. Professores e equipes gestoras acabam assumindo sozinhos a tarefa de lidar com estudantes que apresentam dificuldades persistentes, muitas vezes sem formação específica e sem apoio de outros serviços. Ao mesmo tempo, a legislação avançou: a Lei nº 14.254/2021 passou a exigir que as escolas ofereçam acompanhamento integral a estudantes com dislexia, TDAH ou outros transtornos de aprendizagem, com identificação precoce, encaminhamento e apoio educacional (Brasil, 2021). Cumprir essa determinação sem profissionais preparados é um desafio concreto para as redes de ensino.

Diante desse quadro, este estudo parte da seguinte questão: de que maneira a atuação do psicopedagogo no contexto escolar pode contribuir para a identificação, a compreensão e a intervenção nas dificuldades de aprendizagem, de modo a reduzir o fracasso escolar na escola pública?

O objetivo geral é analisar a importância da atuação do psicopedagogo no contexto escolar, evidenciando suas contribuições para o desenvolvimento da aprendizagem e a superação das dificuldades escolares. Como objetivos específicos, pretende-se, em primeiro lugar, discutir o papel desse profissional como mediador entre aluno, família e escola, nas dimensões preventiva e interventiva; em segundo lugar, caracterizar os transtornos de aprendizagem mais frequentes no ambiente escolar, com destaque para a dislexia e a discalculia, e a importância do diagnóstico diferencial; em terceiro lugar, identificar as contribuições das neurociências para a prática psicopedagógica; e, por fim, refletir sobre os limites e as possibilidades de institucionalização do psicopedagogo nas redes públicas de ensino.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. De acordo com Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, como livros e artigos científicos, e permite reunir e analisar contribuições teóricas sobre determinado tema, o que é apropriado quando se pretende compreender um fenômeno em suas diferentes dimensões.

ISSN: 2358-8829

O levantamento priorizou autores de referência em três áreas. Na psicopedagogia, foram consultadas as obras de Bossa (2000), Visca (1987), Fernández (1991) e Paín (1985), que fundamentam a compreensão da aprendizagem como processo que envolve aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Nas neurociências aplicadas à educação, foram utilizados Cosenza e Guerra (2011), Dehaene (2012) e Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016). Para a caracterização dos transtornos de aprendizagem, recorreu-se ao *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (APA, 2023) e a Shaywitz (2006). Também foram analisados documentos legais que tratam da inclusão escolar e do atendimento a estudantes com transtornos de aprendizagem.

A análise do material foi organizada em três eixos: o papel do psicopedagogo na instituição escolar; as dificuldades e os transtornos de aprendizagem, com foco na dislexia e na discalculia; e as contribuições das neurociências para a compreensão da aprendizagem. Os resultados da revisão foram discutidos à luz da realidade da escola pública brasileira, com base na experiência profissional da autora na educação básica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A psicopedagogia e o psicopedagogo na instituição escolar

A psicopedagogia se constituiu como campo de conhecimento na interface entre a pedagogia e a psicologia, incorporando contribuições de outras áreas para compreender como o sujeito aprende e por que, em certos momentos, deixa de aprender. No Brasil, consolidou-se a partir da década de 1970, influenciada sobretudo pela produção argentina, e se organizou em duas vertentes complementares: a clínica, voltada ao atendimento individual, e a institucional, voltada às instituições, em especial à escola (Bossa, 2000).

Visca (1987) propôs a epistemologia convergente, que integra contribuições da psicanálise, da psicologia genética de Piaget e da psicologia social para compreender a aprendizagem em suas dimensões afetiva, cognitiva e social. Fernández (1991) mostrou que a dificuldade de aprender pode estar relacionada à forma como o sujeito se relaciona com o conhecimento, com a família e com a escola, e cunhou a ideia de uma inteligência que fica aprisionada quando essas relações se tornam fonte de sofrimento. Paín (1985), por sua vez, sistematizou o diagnóstico dos problemas de aprendizagem considerando fatores orgânicos, específicos, psicógenos e ambientais.

Essas contribuições ajudam a entender por que a atuação do psicopedagogo na escola vai além do atendimento ao aluno com dificuldade. Na perspectiva institucional, ele observa a dinâmica da sala de aula, analisa práticas de ensino e avaliação, orienta professores, acolhe

famílias e participa da construção de estratégias coletivas. Seu trabalho tem caráter preventivo, quando atua para evitar que dificuldades se instalem, e interventivo, quando acompanha estudantes que já apresentam problemas de aprendizagem (Bossa, 2000).

Embora convirjam ao compreender a aprendizagem como fenômeno multidimensional, esses autores divergem quanto à ênfase atribuída a cada dimensão. Paín (1985) organiza o diagnóstico a partir de um conjunto de fatores que inclui o orgânico e o ambiental, o que aproxima sua proposta de uma leitura multicausal. Fernández (1991), por outro lado, desloca o foco para o significado que o não aprender assume na história do sujeito e de sua família, privilegiando a dimensão subjetiva e relacional. Visca (1987) procura justamente articular essas leituras em uma perspectiva convergente, enquanto Bossa (2000) amplia o olhar para a instituição escolar como espaço de análise e intervenção. Essas diferenças não se anulam; ao contrário, indicam que a prática psicopedagógica na escola exige escuta ao sujeito, atenção às condições pedagógicas e abertura ao diálogo com outras áreas.

Nesse sentido, o psicopedagogo funciona como um mediador entre o aluno, a família e a escola. Ele ajuda o professor a compreender o que está por trás do comportamento ou do desempenho de um estudante, orienta a família sobre como apoiar a vida escolar dos filhos e articula, quando necessário, o encaminhamento para outros profissionais, como fonoaudiólogos, neuropediatras e psicólogos. Essa mediação é especialmente valiosa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, período em que se consolidam a alfabetização e as bases do raciocínio matemático e em que a identificação precoce de sinais de dificuldade pode mudar a trajetória escolar de uma criança.

Dificuldades e transtornos de aprendizagem: dislexia e discalculia

É importante distinguir dificuldades de aprendizagem de transtornos de aprendizagem. As dificuldades podem ter causas diversas, como métodos de ensino inadequados, problemas emocionais, condições sociais desfavoráveis ou falta de estímulo, e tendem a melhorar quando essas condições se modificam. Os transtornos específicos de aprendizagem, por outro lado, têm origem neurobiológica, persistem apesar de intervenções adequadas e afetam habilidades acadêmicas específicas em pessoas com inteligência preservada (APA, 2023; Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016).

A dislexia é o transtorno de aprendizagem mais conhecido e se caracteriza por dificuldades na precisão ou fluência do reconhecimento de palavras, na decodificação e na ortografia. Shaywitz (2006) explica que a dislexia está relacionada principalmente a um déficit no processamento fonológico, isto é, na capacidade de perceber e manipular os sons da fala, o

ISSN: 2358-8829

que dificulta a associação entre letras e sons. A autora ressalta que a pessoa com dislexia pode ter excelente raciocínio e compreensão, desde que o acesso ao texto não dependa apenas da decodificação. Na escola, a dislexia costuma aparecer como leitura lenta e silabada, trocas de letras, dificuldade de memorizar o alfabeto e grande esforço para ler em voz alta.

A discalculia, por sua vez, afeta o senso numérico, a memorização de fatos aritméticos e a precisão ou fluência do cálculo (APA, 2023). A criança com discalculia pode ter dificuldade em compreender a quantidade representada pelos números, em estimar, em comparar grandezas e em realizar operações simples, mesmo com prática frequente. Muitas vezes, esse quadro é confundido com falta de atenção ou de estudo, o que aumenta a frustração do estudante e sua aversão à matemática.

Em ambos os casos, o diagnóstico diferencial é fundamental. Antes de se pensar em transtorno, é preciso descartar problemas sensoriais, como deficiências visuais ou auditivas, condições emocionais, faltas frequentes e práticas de ensino inadequadas. Esse processo exige avaliação cuidadosa, muitas vezes multiprofissional, e é nele que o psicopedagogo contribui ao reunir informações da escola, da família e do próprio estudante. Identificado o perfil, a intervenção deve ser planejada de acordo com as necessidades de cada um, com estratégias como o trabalho sistemático com consciência fonológica, o uso de materiais concretos e manipuláveis, a ampliação do tempo para atividades e avaliações e a adaptação das formas de apresentar e cobrar o conteúdo.

Contribuições das neurociências para a aprendizagem

As neurociências têm ampliado a compreensão sobre como o cérebro aprende e oferecido bases mais sólidas para a prática educativa. Cosenza e Guerra (2011) explicam que a aprendizagem resulta de modificações nas conexões entre os neurônios, processo favorecido pela atenção, pela repetição significativa, pela emoção e pelo sono, e prejudicado pelo estresse excessivo. Esse conhecimento ajuda a compreender, por exemplo, por que um ambiente escolar acolhedor favorece a aprendizagem e por que a ansiedade pode bloquear o desempenho de um estudante.

Dehaene (2012) mostrou como a aprendizagem da leitura reorganiza áreas do cérebro originalmente voltadas ao reconhecimento visual de objetos, que passam a se especializar no reconhecimento de letras e palavras. Seus estudos reforçam a importância do ensino explícito das relações entre letras e sons na alfabetização e ajudam a entender as diferenças de funcionamento cerebral em pessoas com dislexia.

Também aqui há convergências e tensões. Shaywitz (2006) e Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016) concordam com os autores da psicopedagogia quanto à importância da identificação precoce e da intervenção sistemática, mas privilegiam a explicação neurobiológica dos transtornos. A abordagem de Fernández (1991), centrada nas relações do sujeito com o conhecimento, alerta para o risco de reduzir o não aprender a uma causa orgânica e de rotular estudantes cujas dificuldades têm origem pedagógica ou emocional. O diagnóstico diferencial, defendido pelas duas perspectivas, é justamente o ponto de encontro que permite evitar tanto a negligência diante de um transtorno real quanto a atribuição de um rótulo indevido.

Para a psicopedagogia, essas contribuições fortalecem o caráter científico e interdisciplinar do campo. O psicopedagogo que conhece os fundamentos neurobiológicos da aprendizagem tem melhores condições de reconhecer sinais de alerta, dialogar com profissionais da saúde e orientar professores sobre práticas mais eficazes. Cosenza e Guerra (2011) advertem, contudo, que as neurociências não substituem a pedagogia: elas oferecem conhecimentos que precisam ser traduzidos em práticas pelos educadores, considerando o contexto e a singularidade de cada estudante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão realizada permite afirmar que a presença do psicopedagogo na escola contribui de forma significativa para enfrentar o fracasso escolar. O primeiro resultado diz respeito à identificação precoce. Quando há um profissional capaz de reconhecer sinais de dificuldade nos primeiros anos do Ensino Fundamental, a intervenção pode começar antes que o estudante acumule defasagens, reprovações e prejuízos à autoestima. Os autores consultados convergem ao afirmar que quanto mais cedo a dificuldade é reconhecida e trabalhada, melhores são os resultados (Shaywitz, 2006; Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016).

O segundo resultado se refere à qualificação das práticas pedagógicas. A atuação institucional do psicopedagogo, ao orientar professores e participar do planejamento, amplia o repertório de estratégias da escola para lidar com a diversidade de formas de aprender. Isso beneficia não apenas os estudantes com transtornos diagnosticados, mas toda a turma, pois práticas mais flexíveis e variadas favorecem a aprendizagem de todos. Esse aspecto dialoga com a perspectiva da educação inclusiva, que exige da escola a eliminação de barreiras à participação e à aprendizagem (Brasil, 2008; 2015).

O terceiro resultado diz respeito à relação entre escola e família. Ao assumir o papel de mediador, o psicopedagogo ajuda a construir uma comunicação mais clara e menos culpabilizadora, em que a dificuldade do estudante deixa de ser vista como responsabilidade

ISSN: 2358-8829

exclusiva da criança, da família ou do professor e passa a ser compreendida como um desafio a ser enfrentado em conjunto. Como lembra Fernández (1991), a forma como a família e a escola significam o não aprender interfere diretamente na relação da criança com o conhecimento.

Esses resultados, porém, contrastam com a realidade da maioria das escolas públicas brasileiras, em que o psicopedagogo não faz parte do quadro de profissionais. A Lei nº 13.935/2019 garantiu a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica (Brasil, 2019), mas ainda não há previsão semelhante para o psicopedagogo, e a Lei nº 14.254/2021 estabeleceu o direito ao acompanhamento integral sem definir quem deve realizá-lo na escola (Brasil, 2021). Na prática, as famílias com mais recursos conseguem acesso ao atendimento psicopedagógico particular, enquanto os estudantes das escolas públicas, especialmente nos municípios pequenos e nas áreas rurais, dependem da boa vontade e da formação de seus professores.

Essa desigualdade transforma a ausência do psicopedagogo em uma questão de equidade. Garantir esse profissional nas redes públicas, seja nas escolas, seja em núcleos de apoio que atendam a um conjunto de unidades, representaria um passo importante para que o direito à aprendizagem não dependa da condição econômica da família.

Cabe reconhecer as limitações deste estudo. Por se tratar de uma revisão bibliográfica, os resultados não se baseiam em dados coletados diretamente nas escolas, e a seleção de autores, embora fundamentada em obras de referência, não esgota a produção sobre o tema. Além disso, a discussão sobre a realidade da escola pública parte da experiência profissional da autora, o que oferece uma perspectiva situada, mas não generalizável. Essas limitações apontam para a necessidade de pesquisas empíricas que investiguem experiências concretas de atuação psicopedagógica nas redes públicas, incluindo a percepção de professores, famílias e estudantes sobre esse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a importância do psicopedagogo no contexto escolar e suas contribuições para a identificação, a compreensão e a intervenção nas dificuldades de aprendizagem. A revisão bibliográfica mostrou que esse profissional, ao considerar o estudante em sua integralidade cognitiva, emocional, social e neurológica, ocupa lugar estratégico na mediação entre aluno, família e escola.

Ficou evidente que a atuação preventiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental é decisiva para evitar que dificuldades se consolidem em fracasso escolar, e que transtornos como a dislexia e a discalculia exigem diagnóstico diferencial cuidadoso e intervenções planejadas de

acordo com o perfil de cada estudante. As neurociências, por sua vez, oferecem conhecimentos que fortalecem o caráter científico da psicopedagogia e qualificam o diálogo com professores e profissionais da saúde.

Conclui-se que a institucionalização do psicopedagogo nas escolas públicas brasileiras é uma necessidade urgente. Mais do que um apoio técnico, trata-se de uma questão de equidade e justiça social, capaz de assegurar a todos os estudantes, independentemente de sua origem, o direito a uma aprendizagem significativa e de qualidade. Reconhecendo os limites de uma revisão bibliográfica, recomenda-se que estudos futuros investiguem, por meio de pesquisa de campo, experiências de redes municipais que já contam com psicopedagogos ou núcleos de apoio, avaliando seus efeitos sobre a aprendizagem e a permanência dos estudantes, a fim de produzir evidências que orientem políticas públicas nessa direção.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*: DSM-5-TR. 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BOSSA, Nádia Aparecida. *A psicopedagogia no Brasil*: contribuições a partir da prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. *Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. *Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021*. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. *Neurociência e educação*: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEHAENE, Stanislas. *Os neurônios da leitura*: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

FERNÁNDEZ, Alicia. *A inteligência aprisionada*: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ISSN: 2358-8829

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PAÍN, Sara. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos (org.). *Transtornos da aprendizagem*: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SHAYWITZ, Sally. *Entendendo a dislexia*: um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VISCA, Jorge. *Clínica psicopedagógica*: epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.